

# Em Pauta

O processo legislativo do Senado a serviço da cidadania

10 a 14 de setembro de 2007 – Nº. 19

## **Fundo de Participação dos Municípios: o acordo no Senado**

---

O Senado Federal tem a função de fortalecer o pacto federativo, aí incluída a temática municipalista. Nestes últimos anos, desenvolveu-se aqui uma série de atividades, sempre com o objetivo de equilibrar o papel dos três entes de federação, entre as quais pode ser destacada a criação da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos.

Por isso, o esforço concentrado do Senado Federal, no último dia 29 de agosto, em torno da aprovação do aumento em 1% do Fundo de Participação dos Municípios, objeto da Proposta de Emenda à Constituição nº. 75, de 2007. Agora, a proposta segue para promulgação, em sessão solene a ser realizada no Congresso Nacional.

O Fundo de Participação dos Municípios, a partir da promulgação, passa a ser composto por 23,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. O incremento aprovado significa um aumento de R\$ 1,88 bilhão por ano, a partir de 2008. Já em 2007, os Municípios terão um incremento de R\$ 420 milhões, referente aos repasses de setembro, outubro e novembro.

Essa maior disponibilidade de recursos, segundo o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, auxiliará os administradores municipais a cumprir com os compromissos para com os servidores públicos, em especial o pagamento do décimo terceiro salário e a antecipação de férias. Também, vale destacar, o impacto do recurso é mais sentido nos pequenos e médios municípios, exatamente as áreas com maiores dificuldade de arrecadação.

A grande mobilização de prefeitos em Brasília também atuou em outras frentes. Foi marcada posição sobre a PEC que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), ainda na Câmara, no sentido de uma divisão do montante com Estados e Municípios, no percentual de 10% para cada ente. Também foi discutida a chamada PEC dos Precatórios e lançada a campanha "Saúde, essa luta é dos municípios! EC 29, regulamentação já!", em apoio à regulamentação do financiamento da saúde nos três níveis governamentais.

A aprovação rápida e consensual do FPM é uma demonstração clara de que o Senado Federal e as suas lideranças avançam nas discussões de caráter nacional, principalmente nos temas relacionados ao equilíbrio federativo.